Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 1. Informações gerais

A Technos S.A. (a "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada na cidade do Rio de janeiro - RJ - Brasil. A Companhia foi constituída em 6 de dezembro de 2007 e entrou em operação em 8 de janeiro de 2008. Seu objeto social é a participação em outras sociedades, no país ou no exterior. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia detinha participação direta de 100% no capital da Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. ("TASA") e no capital da SCS Comércio de Acessórios de Modas Ltda. ("SCS"), empresas consolidadas nessas demonstrações financeiras (conjuntamente "Grupo").

A emissão dessas demonstrações financeiras da Technos S.A. foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 24 de fevereiro de 2016.

# 2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos derivativos mensurados a valor justo contra o resultado e pela utilização de estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação pelas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, obsolescência do estoque, imposto de renda e contribuição social diferido e provisão para garantia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As informações demonstrações financeiras foram elaboradas seguindo as mesmas políticas contábeis, os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para a elaboração das demonstrações financeiras auditadas no encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e, consequentemente, devem ser lidas em conjunto com estas.

Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reclassificou o valor de R\$74.955 da rubrica de ativo intangível para a de investimentos, ambas dentro do ativo não circulante, para fins de melhor apresentação das informações contábeis intermediárias da Controladora, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (vide Nota 10). Essa reclassificação não teve qualquer impacto sobre o patrimônio líquido ou resultados da Controladora no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

#### 2.1. Sazonalidade

A Companhia não opera com impactos sazonais significativos durante o período, entretanto, no mercado interno, em geral, no quarto trimestre a demanda é ligeiramente mais forte do que nos demais trimestres, em razão das celebrações comemorativas de Natal e Ano Novo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

## 2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Technos S.A. e de suas controladas, conforme descrito na Nota 9. Com exceção do resgate das ações de não controladores, também mencionado na Nota 9, a Companhia não apresentou outras alterações de participações em empresas consolidadas nem nas bases para consolidação no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, portanto são as mesmas utilizadas em 31 de dezembro de 2014.

## a) Controladas

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida.
- Direitos originados de acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação -- Continuação

## 2.2. Base de consolidação--Continuação

#### a) Controladas--Continuação

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação -- Continuação

## 2.2. Base de consolidação--Continuação

#### a) Controladas--Continuação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. O percentual de participação nas empresas do grupo está disposto na Nota 9.

A empresa líder do Grupo é a Technos S.A., sediada no Brasil, onde negocia suas ações. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o Grupo não possuía empresas controladas em conjunto ou coligadas.

#### b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

## 2.3. Apresentação de informação por segmentos

A administração da Companhia analisou e concluiu que para fins de divulgações nessas demonstrações financeiras, em função da estrutura do Grupo e das informações utilizadas para tomadas de decisão e avaliações de desempenho ser elaboradas considerando os resultados do Grupo como um todo a Technos S.A. possui somente um segmento. Adicionalmente, os tomadores de decisões podem efetuar caso necessário, determinadas análises sobre certas informações mais detalhadas dos produtos, marcas e outras divisões do Grupo, que não se qualificam como segmentos para divulgação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

## 2.4. Segregação entre circulante e não circulante

A Sociedade e suas controladas apresentam os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante.

Um ativo ou passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera realiza-lo ou se pretende vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional.
- For mantido principalmente para negociação.
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.
- Caixa e equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto a sua troca ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Sociedade e suas controladas classificam todos os demais ativos e passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

## 2.5. Conversão de moeda estrangeira

#### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação -- Continuação

## 2.5. Conversão de moeda estrangeira--Continuação

#### b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como "Receita ou despesa financeira". Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

## 2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### 2.7. Ativos financeiros

#### 2.7.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação -- Continuação

## 2.7. Ativos financeiros--Continuação

#### 2.7.1. Classificação--Continuação

#### a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

#### 2.7.2. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação -- Continuação

## 2.7. Ativos financeiros--Continuação

#### 2.7.2. Reconhecimento e mensuração--Continuação

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

#### 2.7.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

#### 2.7.4. Impairment de ativos financeiros

#### a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada exercício social do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

## 2.7. Ativos financeiros--Continuação

#### 2.7.4. Impairment de ativos financeiros--Continuação

## a) Ativos mensurados ao custo amortizado--Continuação

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Em caso de evidência objetiva de *impairment*, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

## 2.7. Ativos financeiros--Continuação

#### 2.7.4. Impairment de ativos financeiros--Continuação

# b) Ativos classificados como disponíveis para venda--Continuação

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

#### 2.8. Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e reconhece os derivativos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são subsequentemente, reconhecidas na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras".

#### 2.9. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos ou outro prazo que atenda o ciclo normal de operação do Grupo, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

## 2.9. Contas a receber de clientes--Continuação

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva, deduzidas do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos. O risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 6).

A avaliação do valor justo é obtida através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa descontados. A taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) na data da transação é utilizada como taxa de desconto. A referida taxa é compatível com transações de natureza, prazo e riscos em condições similares de mercado, considerando o histórico de recebimento do Grupo. A outra premissa chave no cálculo do valor presente é o prazo de recebimento. Utilizamos como premissa o prazo individual de cada nota fiscal faturada. O Grupo reavalia essa metodologia trimestralmente, atualizando suas premissas conforme as práticas comerciais de prazos efetivamente registradas assim como alterações na taxa SELIC vigente.

# 2.10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas Custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada processo de importação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação -- Continuação

## 2.11. Ativos disponíveis para venda

A Sociedade classifica um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo.

Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado.

Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade deixou de satisfazer os critérios para manter os ativos como mantidos para venda, quando da decisão por não continuar com o plano de vendas para os ativos assim caracterizados em 31 de dezembro de 2014. Nesse caso, a Sociedade mensura o ativo não circulante (ou grupo de ativos) que deixam de ser classificado como mantido para venda pelo valor mais baixo entre o seu valor contábil antes de o ativo ou o grupo de ativos ser classificado como mantido para venda (ou como mantido para distribuição aos proprietários), ajustado por qualquer depreciação, amortização ou reavaliação (se permitida legalmente) que teria sido reconhecida se o ativo ou o grupo de ativos não estivesse classificado como mantido para venda. Por tal motivo foi reclassificado para o imobilizado o montante de R\$ 6.728 conforme descrito na Nota 11.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

# 2.12. Ativos intangíveis

# a) <u>Ágio</u>

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

## b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Valores a pagar por licenciamentos são registrados no passivo como "Licenciamentos a pagar" (Nota 2.13). As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada entre 1 e 5 anos. Para as marcas de vida útil indefinida que não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para a verificação de *impairment* (Nota 10).

## c) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente que varia de 1 a 5 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação -- Continuação

## 2.12. Ativos intangíveis--Continuação

#### d) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de 1 a 5 anos.

#### 2.13. Imobilizado

O imobilizado é composto por terrenos, edificações, equipamentos, veículos e instalações, e compreendem, principalmente, fábricas, escritórios e ativos utilizados na operação do Grupo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que resultem em benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados por possuir vida útil indefinida, porém, conforme CPC 01 são testados no mínimo anualmente sobre possibilidade de *impairment*. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como seque:

	Anos
Edificações próprias	25
Benfeitorias em imóveis de terceiro	3 a 5
Equipamentos e instalações	10
Veículos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	5 a 10

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

## 2.13. Imobilizado--Continuação

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado do exercício.

O Grupo revisa as taxas de vida útil das principais classes de ativos anualmente.

## 2.14. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e determinadas marcas e terrenos, não estão sujeitos à amortização ou depreciação e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são integralmente agrupados na Technos da Amazônia S.A. ("TASA"), que concentra as principais operações do Grupo. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

#### 2.15. Fornecedores e licenciamentos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e licenciamentos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços ou licenciamentos de marcas que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

## 2.15. Fornecedores e licenciamentos a pagar--Continuação

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### 2.16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

## 2.17. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos recursos financeiros requeridos para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que fossem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

## 2.17. Provisões--Continuação

As provisões de naturezas cíveis, trabalhista, previdenciária e fiscal objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços.

#### 2.18. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, juros e atualizações monetárias.

#### 2.19. Tributação

#### Tributos incidentes sobre receita

As despesas de impostos e contribuições sobre as vendas do Grupo consistem em ICMS alíquota média de 12,5%, PIS e COFINS alíquotas médias de 1,50% (PIS) e 6,50% (COFINS) e ISS alíquota média de 4,5%.

#### Crédito estímulo do ICMS

A TASA, controlada integral da Companhia, detém benefício de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo do Estado do Amazonas, sobre determinados produtos incentivados, que corresponde a 55% do valor do ICMS devido, apurado mensalmente na unidade fabril localizada no Distrito Industrial de Manaus - AM. Consequentemente, a despesa com esses tributos registrada na demonstração do resultado como dedução de vendas é contabilizada pelo valor líquido de 45%, portanto, a receita líquida considera tal benefício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

## 2.19. Tributação--Continuação

Tributos incidentes sobre receita--Continuação

Crédito estímulo do ICMS--Continuação

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

#### a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Grupo, através de sua controlada TASA, goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. O incentivo fiscal é calculado com base no lucro tributário da atividade (chamado "lucro da exploração"), levando em consideração o lucro operacional dos projetos que são beneficiados pelo incentivo fiscal durante um período fixo. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultado apurado na unidade fabril localizado no Distrito Industrial de Manaus - AM. Não existem obrigações adicionais do Grupo com relação ao benefício fiscal direto do imposto de renda. Consequentemente, a despesa de imposto de renda da TASA é apresentada na demonstração do resultado pelo valor líquido, descontando a parcela do incentivo fiscal realizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação -- Continuação

## 2.19. Tributação--Continuação

Tributos incidentes sobre receita--Continuação

Crédito estímulo do ICMS--Continuação

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

## 2.20. Benefícios a empregados

#### a) Participação dos empregados nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o indicador de performance e rentabilidade do Grupo, na forma estabelecida em acordo sindical, e desempenho de cada funcionário ou departamento, mensurada em função do alcance de metas anuais estabelecidas no início de cada exercício. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada *(constructive obligation)*. As provisões intermediárias são constituídas com base nas projeções de resultado e do pagamento a ser feito ao final do ano, considerando a parcela desse resultado atual atribuível ao resultado do exercício.

#### b) Plano de opção de compra de ações - stock options

O Grupo possui planos de remuneração com base em ações a parte de seus executivos, liquidados com ações disponíveis, segundo os quais a Companhia recebe os serviços desses executivos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo, que somente poderão ser exercíveis depois de respeitados prazos específicos de carência. O valor justo dos servicos do empregado, recebido em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. As condições de aquisição de direitos que não de mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquirido. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido (vesting period); período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais da quantidade de opções, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação -- Continuação

## 2.20. Benefícios a empregados--Continuação

#### b) Plano de opção de compra de ações - stock options--Continuação

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

#### c) Outros benefícios

O Grupo oferece ainda outros benefícios aos seus funcionários como: assistência médica, seguro de vida, vale refeição ou refeição em refeitório e auxilio educação, independentemente do nível hierárquico. Adicionalmente, de acordo com a localidade do funcionário e seu nível hierárquico, oferecemos benefícios adicionais tais como estacionamento e aparelho de telefonia móvel. As despesas relacionadas a esses benefícios são reconhecidas na demonstração do resultado, quando incorridas.

O Grupo não oferece qualquer tipo de benefício pós-emprego aos seus funcionários.

#### 2.21. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

## 2.22. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

#### 2.23. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos, representando no mínimo 99% da receita total, no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, e do ajuste a valor presente.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### a) Venda de produtos

O Grupo, por meio da TASA, monta e vende uma variedade de relógios no mercado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que o Grupo efetua a entrega dos produtos para o lojista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com as características da fatura; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

A garantia é assegurada aos consumidores pelo prazo de até 12 meses, a partir da data da venda do lojista ao consumidor final. As vendas são registradas com base no valor justo. As vendas são realizadas com prazo médio de recebimento de aproximadamente 120 dias e são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa SELIC, que a administração acredita ser compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado (Nota 2.8).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

## 2.23. Reconhecimento da receita--Continuação

#### b) Vendas de serviços

O Grupo presta serviços de assistência técnica para os relógios das marcas sob a sua administração, nas suas diversas unidades espalhadas pelo Brasil.

A receita de prestação de serviços de assistência técnica é baseada em preço fixo e reconhecida no período em que os serviços são prestados.

#### c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

#### 2.24. Distribuição de dividendos e Juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações contábeis do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

## 2.25. Novos pronunciamentos contábeis

#### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

#### IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações

Essa melhoria é aplicada prospectivamente e esclarece várias questões relacionadas com as definições de condições de desempenho e de serviço que representam condições de aquisição. Os esclarecimentos são consistentes com a forma como o Grupo tem identificado quaisquer condições de desempenho e de serviço que representam condições de aquisição em períodos anteriores. Além disso, o Grupo não outorgou prêmios durante o segundo semestre de 2014. Desse modo, essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras ou políticas contábeis do Grupo.

# Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Não é esperado que essas alterações tenham impacto ao Grupo, uma vez que o Grupo não utilizou um método baseado na receita para depreciar ativos não circulantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação--Continuação

## 2.25. Novos pronunciamentos contábeis--continuação

## <u>Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações</u> Financeiras Separadas

As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Entidades que elaboram demonstrações financeiras de acordo com as IFRS pela primeira vez e que optem por adotar o método de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas deverão aplicar esse método a partir da data de transição às IFRS. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil. Essas alterações não terão impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

#### IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas

Ativos (ou grupos de alienação) são geralmente alienados por meio da venda ou distribuição a titulares. A alteração esclarece que mudar de um desses métodos de alienação para outro não seria considerado um novo plano de alienação, mas sim uma continuação do plano original. Portanto, não há interrupção da aplicação das exigências da IFRS 5. Essa alteração deve ser aplicada prospectivamente.

#### IAS 34 - Elaboração e Divulgação de Demonstrações Financeiras Intermediárias

A alteração esclarece que as divulgações intermediárias exigidas devem ser nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência cruzada entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que elas sejam incluídas no relatório financeiro intermediário (por exemplo, no relatório de comentários da gerência ou de risco). As demais informações no relatório financeiro intermediário devem estar disponíveis para os usuários nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intermediárias e na mesma época. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente.

Não se espera que as alterações acima referidas tenham impacto significativo sobre o Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 3. Estimativas críticas na aplicação das políticas contábeis do Grupo

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

#### a) Perda (impairment) estimada de ágio

Anualmente, o Grupo testa potenciais perdas (*impairment*) de ágio e intangíveis de vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis dos intangíveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas, ou pelo valor justo menos as despesas necessárias a essa venda (Nota 10).

O Grupo utilizou como metodologia para a determinação do valor recuperável, o valor justo, líquido de despesa de venda e alocou tal ágio a uma única unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável a metodologia do valor de mercado com base na última cotação das ações registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) menos os custos associados a essa venda. O resultado indica valor recuperável superior ao valor contábil, consequentemente não foi registrada nenhuma perda por *impairment* de ágio.

#### b) Provisão para contingências

As provisões para contingências são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota pela administração. Essas avaliações e estimativas da administração são realizadas considerando a posição de nossos consultores jurídicos. As contingências estão divulgadas na Nota 14.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Estimativas críticas na aplicação das políticas contábeis do Grupo --Continuação

# b) Provisão para contingências -- Continuação

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos (tais como decisões judiciais finais) independe da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

#### c) Provisão de impairment de estoques

A provisão de *impairment* de estoques é registrada quando a administração do Grupo avalia que o valor de custo de seus estoques está registrado por valor superior ao seu valor recuperável. A provisão de *impairment* de estoques está descrita na Nota 7.

A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da administração que avalia, continuamente, a cada data de reporte, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de *impairment* de estoques, envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e avaliação do valor de custo ou mercado.

No caso de obsolescência, mensalmente a administração do Grupo, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avalia a necessidade de se complementar ou reverter provisão de *impairment* por obsolescência.

A administração avalia ainda, o valor dos seus estoques com base no custo ou valor de mercado (recuperável), dos dois o menor. Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, dependendo de peça em produção ou produto acabado, seja inferior ao valor de custo, o Grupo constitui provisão para *impairment*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 3. Estimativas críticas na aplicação das políticas contábeis do Grupo --Continuação

# d) Perdas estimadas para liquidação duvidosa

O Grupo analisa a existência e evidência de perda para determinar quando um contas a receber de clientes não é recuperável. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, o desempenho do setor e do segmento. A administração classifica seus clientes por Grupos, e com base nessa classificação são feitas as estimativas para avaliação do risco de crédito de liquidação duvidosa.

#### e) Valor justos dos derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas e se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço (Nota 23.3).

#### f) Provisão de assistência técnica de produtos em garantia pós venda

Com base em histórico de índice de defeito o grupo registra em conta do passivo estimativa de gastos futuros com assistência técnica de produtos em garantia. Mensalmente a estimativa é analisada para identificação de ajustes pontuais e alinhamento do procedimento.

# 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consc	olidado
	2015	2014	2015	2014
Caixa	-	-	106	53
Depósitos bancários de curto prazo	67	126	14.869	13.413
Operações compromissadas lastreadas em debêntures		<u> </u>	5.041	19.130
	67	126	20.016	32.596
•	·			

Os saldos mantidos como equivalentes de caixa são remunerados em média a 100% do Cerificados de Depósitos Interbancários (CDI), e mantidos em instituições de primeira linha, não possuindo quaisquer restrições ou penalizações por resgates antecipados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

#### 5. Títulos e valores mobiliários

O Grupo mantém os títulos e valores mobiliários concentrados em operações compromissadas lastreadas em debêntures, classificados no ativo circulante, bem como aplicações em cotas de fundo de investimento vinculadas à conta *escrow* em garantia ao pagamento de contas a pagar em aquisição societária da Dumont (Nota 10), no montante de R\$22.813 em 31 de dezembro de 2015 (R\$25.520 em 2014), classificadas no ativo não circulante. Ambas as aplicações possuem remuneração média de 100% do CDI, e são mantidas em instituições de primeira linha.

### 6. Contas a receber de clientes

	Consolidado		
	2015	2014	
Contas a receber de clientes Ajuste a valor presente	244.619 (6.473)	246.212 (5.725)	
Provisão para perda de contas a receber de clientes	(10.872)	(10.495)	
Contas a receber de clientes, líquidas	227.274	229.992	
Total ativo circulante	227.047	229.992	
Total ativo não circulante	227	-	
	227.274	229.992	

Abaixo, segue o saldo de contas a receber por prazo de vencimento:

	Consolidado		
	2015	2014	
A vencer	212.979	224.944	
Vencidos			
Até 90 dias	11.237	5.827	
Entre 91 a 180 dias	7.065	4.420	
Acima de 181 dias	13.338	11.021	
Contas a receber de clientes	244.619	246.212	

O saldo líquido das contas a receber aproxima-se do valor justo e foi apurado com base nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa SELIC como taxa de desconto média de 14,25% (9,74% em 31 de dezembro de 2014), diminuídos da provisão para perda de contas a receber de clientes (*impairment*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 6. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015, no consolidado, as contas a receber de clientes, no total de R\$10.872 (R\$10.495 em 2014), vencidas há mais de 180 dias, foram classificadas como não recuperáveis (*impaired*) e provisionadas. Não havia contas a receber na Controladora. As contas a receber individualmente *impaired* referem-se principalmente a lojistas especializados, e são pulverizados. Os saldos em atraso são pulverizados e não há qualquer valor individual por lojista superior a 2% do saldo total em atraso. Para os saldos em atraso, o Grupo toma medidas, que incluem cobranças administrativas visando à recuperação desses créditos. Segundo a avaliação da administração, uma parcela desse contas a receber, no montante de R\$2.466 em 31 de dezembro de 2015 (R\$526 em 2014) deve ser recuperada, razão pela qual não foi constituída provisão.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015, no consolidado, as contas a receber de clientes, no valor de R\$18.302 (R\$10.247 em 2014) que se encontram vencidas até 180 dias, não possuem provisão para perda estimada para crédito de liquidação duvidosa. Essas contas referem-se a uma série de clientes que não têm histórico recente de inadimplência, já estão com a dívida negociada ou em processo de negociação.

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Consolidado		
	2015	2014	
Saldo inicial	10.495	17.304	
Provisão para perda de contas a receber	6.153	12.711	
Reversão ou baixa de provisão para perda	(5.776)	(19.520)	
Saldo contábil	10.872	10.495	

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil das contas a receber. O Grupo não mantém nenhum título como garantia e não foi efetuado qualquer desconto de duplicatas.

As contas a receber de clientes são integralmente denominadas em Reais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 7. Estoques

	Consolidado		
	2015	2014	
Produtos acabados	105.875	94.657	
Produtos em processo	2.240	4.410	
Componentes	80.676	69.660	
Importações em andamento	69	31	
Adiantamentos a fornecedores	3.515	1.819	
Provisão para perda de estoque	(39.659)	(36.945)	
·	152.716	133.632	

Considerando a alta do dólar a Companhia procurou antecipar a entrada de reposição de estoque em decorrência do consumo das festas de fim de ano, gerando um leve aumento no saldo registrado em 31 de dezembro de 2015.

A política do Grupo para perda com estoques, considera perdas estimadas com obsolescência baseada em informações históricas, tanto em função do giro quanto da qualidade física dos estoques.

As movimentações na provisão para valor de realização de estoques do Grupo são as seguintes:

	Consolidado		
	2015	2014	
Saldo inicial Constituição de provisão para perda em estoques	36.945 2.714	34.308 2.637	
Saldo contábil	39.659	36.945	

A provisão para perda de estoques foi constituída em montante considerado adequado pela administração para absorver perdas na realização dos saldos de estoques.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 8. Impostos a recuperar

O valor de impostos a recuperar corresponde aos impostos a seguir demonstrados:

	Consolidado		
	2015	2014	
ICMS e IPI a recuperar	8.195	5.182	
INSS a recuperar	3.293	2.525	
IR e CSL a recuperar	3.288	6.762	
PIS e Cofins a recuperar	3.879	6.678	
Outros impostos a recuperar	1.295	1.031	
	19.950	22.178	
Ativo circulante	12.337	20.007	
Ativo não circulante	7.613	2.171	

#### 9. Investimentos

A Companhia possui as seguintes participações diretas e indiretas:

			Contro	ladora
Nome	<u> </u>	=	2015	2014
TASA (Direta)	Brasil	Fabricação de relógios	100,0	100,0
TASS (Indireta)	Suíça	Escritório de representação	100,0	100,0
SCS (Direta)	Brasil	Comércio varejista	100,0	100,0
TOUCH (Indireta)	Brasil	Comércio varejista	100,0	100,0

Em reunião de diretoria realizada em 27 de fevereiro de 2015, foi aprovado o resgate das ações preferenciais da TASA mediante o cancelamento e retirada de circulação das referidas ações, sem redução do capital social da Companhia, sendo o valor unitário de resgate correspondente ao valor patrimonial por ação, com base no balanço encerrado em 31 de dezembro de 2014, totalizando R\$1.605, desse montante foram pagos R\$502, restando R\$1.103 a pagar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 9. Investimentos--Continuação

A movimentação dos investimentos é como segue:

	Controladora		
	2015	2014	
Em 1º de janeiro	380.848	354.905	
Equivalência patrimonial	22.929	49.027	
Participação por ajuste reflexo no patrimônio de subsidiária	2.122	-	
Dividendos	(30.130)	(26.912)	
Reclassificação de ágio do ativo intangível (Nota 2)	74.955	·	
Opções de ações - stock options	4.100	3.828	
Outros	(10)	-	
	454.814	380.848	

Segue abaixo a participação do Grupo nos resultados das principais controladas diretas e indiretas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

	Patrimônio			Lucro	
	Ativo	Passivo	líquido	Receita	(prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2015					
TASA	658.762	278.192	380.570	400.528	35.353
TASS	6	22	(16)		(1)
SCS	53.000	49.673	3.327	14.467	(10.908)
TOUCH	246	226	20		
Em 31 de dezembro de 2014					
TASA	657.774	284.921	373.853	412.091	55.537
TASS	6	21	(15)	-	=
SCS	38.658	24.423	14.235	5.253	(6.063)
TOUCH	246	226	20	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 9. Investimentos--Continuação

A conciliação entre o investimento em subsidiárias e o patrimônio líquido e o lucro líquido das subsidiárias é demonstrado a seguir:

	2015	2014
Patrimônio líquido das subsidiárias	383.901	387.093
Menos	(2.040)	(2 F20)
Lucro não realizado em estoque em operações entre subsidiárias  Ajustes em operações entre subsidiárias	(3.949) (89)	(2.528)
Participação de não controladores, incluindo valor justo atribuído em combinação de negócios	_	(3.712)
Patrimônio líquido de subsidiárias controladas indiretamente	(4)	(5)
Patrimônio líquido ajustado das subsidiárias	379.859	380.848
Lucro líquido das subsidiárias Menos	24.444	49.475
Lucro não realizado em operações entre as subsidiárias Participação de não controladores	(1.500) (15)	(141) (307)
Lucro líquido ajustado das subsidiárias	22.929	49.027

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 10. Intangível

	Consolidado				
	Ágios	Software	Marcas e licenciamentos	Relações contratuais com clientes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	222.508	3.674	24.595	15.503	266.280
Aquisições Reversão de ágio	(1.969)	1.287 -	838	-	2.125 (1.969)
Baixa – custo Baixa – amortização	-	- -	(2.879) 2.638	-	(2.879) 2.638
Amortização	-	(1.218)	(372)	(3.603)	(5.193)
	220.539	3.743	24.820	11.900	261.002
Em 31 de dezembro de 2014 Custo Amortização acumulada	220.539	8.447 (4.704)	28.362 (3.542)	17.371 (5.471)	274.719 (13.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	220.539	3.743	24.820	11.900	261.002
Saldo em 31 de dezembro de 2014 Aquisições Impairment	220.539 -	3.743 1.377	24.820 1.980 (403)	11.900 -	261.002 3.357 (403)
Amortização Outros	6.299	(1.489) -	(1.367) -	(3.682)	(6.538) 6.299
	226.838	3.631	25.030	8.218	263.717
Em 31 de dezembro de 2015					
Custo Amortização acumulada	226.838	9.824 (6.193)	29.939 (4.909)	17.371 (9.153)	283.972 (20.255)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	226.838	3.631	25.030	8.218	263.717

Em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$90 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$94) referente à despesa de amortização foi imputado ao custo de produção, R\$1.911 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$800) em "Despesas com vendas" e R\$4.537 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$4.299) em "Despesas administrativas".

Aos ativos intangíveis de software, marcas e licenciamento e relações contratuais com clientes, exceto os ativos de vida útil indefinida, aplica-se a taxa de amortização anual calculada linearmente entre 20% a 100% ao ano.

Em 2014 a Technos obteve o direito da utilização da marca Euro e Allora em definitivo. Decorrente desta negociação houve baixa de intangível de R\$2.879 referente à licença anterior e adição de R\$838 referente à nova licença com vida útil indefinida, vide Nota 23.1 (ii).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 10. Intangível--Continuação

# Ágios

O ágio determinado na aquisição em 2008 da SD Participações e suas controladas: T1 Participações S.A., posteriormente incorporada por Technos Relógios S.A., esta por sua vez incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A., cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$123.171, foi calculado como a diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido das entidades adquiridas, líquido dos acervos contábeis incorporados. O ágio determinado na época foi fundamentado em rentabilidade futura, e foi registrado no intangível. O ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008. A partir de 2009, o ágio não é mais amortizado, porém está sujeito a teste anual de *impairment*.

Em 22 de março de 2013, a Companhia adquiriu de Famag Participações S.A. e Roumanos Youssef Saab (pessoa física), em conjunto, "vendedores", 100% do capital votante (e 95,84% do capital total) da Dumont Saab do Brasil S.A. ("Dumont" ou "adquirida"), uma empresa que atua na produção e comércio de relógios, com sede no estado do Amazonas, por R\$182.107, integralmente pago em caixa para os vendedores. O ágio de R\$81.904 que surge da aquisição é atribuível à sinergia a ser obtida com a integração das operações da adquirida às economias de escala esperadas da combinação de suas operações às da Companhia.

Em 24 de julho de 2012 o Grupo, através de suas controladas SCS e a TASA. adquiriu 100% das quotas das seguintes sociedades: (i) Touch Watches Franchising do Brasil Ltda., detentora da marca Touch e franqueadora de 83 pontos de venda de relógios e óculos Touch no Brasil, (ii) Touch da Amazônia Indústria e Comércio de Relógios Ltda., operadora de linha de montagem de relógios na Zona Franca de Manaus, e (iii) Touch Búzios Relógios Ltda., You Time Relógios Ltda., e Touch Barra Comércio de Relógios e Acessórios Ltda., representando três lojas próprias no estado do Rio de Janeiro. O ágio de R\$20.831 que surgiu da aquisição é atribuível basicamente às economias de escala esperadas da combinação das operações do Grupo e das unidades Touch.

# Testes de verificação de impairment para ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida

A Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2015 a recuperação do valor contábil do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa (UGC). O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pela Administração. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 10. Intangível--Continuação

Testes de verificação de impairment para ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida-- continuação

Para fins de testes, os três ágios foram integralmente alocados ao investimento na TASA, por ser considerada a única UGC.

A metodologia aplicada para determinar o valor da UGC é o fluxo de caixa descontado, também conhecido como Discounted Cash Flow (DCF). O conceito básico desta metodologia resume-se na determinação dos fluxos de caixa livres em um período determinado, em função do resultado operacional, do retorno ao resultado operacional da depreciação sobre o ativo imobilizado, apropriada ao resultado do exercício e da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em função do ciclo financeiro da Companhia.

Os saldos de caixa por período são calculados a valor presente, descontados através da aplicação da taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capitais (Weighted Average Cost of Capital (WACC)). Esta taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizados pela Companhia para financiar suas atividades.

Foi considerado um período de fluxo de caixa de cinco anos de acordo com as projeções da Companhia, acrescidos do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa no quinto ano, descontado ao valor presente pelo WACC diminuído da expectativa de crescimento na perpetuidade.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2015, para a UGC, são as que seguem:

Resultado operacional líquido: 21%

Perpetuidade: 4%

Taxa de desconto (WACC): 15%

Margem líquida média do período orçado de cinco anos Taxa de crescimento do fluxo de caixa em perpetuidade

A administração determinou a margem líquida orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas futuras. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as projeções das premissas. As taxas de desconto utilizadas estão em linha com as praticadas no mercado interno e refletem riscos específicos em relação ao segmento operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Imobilizado

				Conso	lidado			
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos e instalações	Veículos	Valor justo imóveis Dumont	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	137	8.526	8.621	5.442	6.735	1.833	12.196	43.490
Aquisições	-	308	955	476	2.341	-	1.368	5.448
Impairment	-	(30)	(155)	(421)	(30)	-	(452)	(1.088)
Transferência para Bens destinados a venda – custo	(106)	(5.123)	-	-	· -	(1.833)	· -	(7.062)
Transferência para Bens destinados a venda – depreciação	-	2.047	-	-	-	-	-	2.047
Alienações – custo	-	(557)	-	(19)	(2.836)	-	(82)	(3.494)
Alienações – depreciação	-	217	-	20	670	-	34	941
Depreciação	-	(292)	(3.112)	(786)	(746)	-	(1.983)	(6.919)
	31	5.096	6.309	4.712	6.134	-	11.081	33.363
Em 31 de dezembro de 2014								
Custo	31	12.028	15.326	16.450	7.094	-	19.896	70.825
Depreciação acumulada		(6.932)	(9.017)	(11.738)	(960)	-	(8.815)	(37.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	31	5.096	6.309	4.712	6.134	-	11.081	33.363
Saldo em 31 de dezembro de 2014	31	5.096	6.309	4.712	6.134	_	11.081	33.363
Aguisições	-	801	3.857	450	2.372	-	1.923	9.403
Transferência de bens destinados a venda – custo	106	6.839	-	-	-	1.833	-	8.778
Transferência de bens destinados a venda – depreciação		(2.047)	-	-	-	-	-	(2.047)
Reversão de impairment	-	` -	(4)	4	-	-	59	` 59
Alienações – custo	-	-	(978)	(123)	(3.059)	-	(327)	(4.487)
Alienações – depreciação	-	-	796	111	667	-	91	1.665
Depreciação		(669)	(2.976)	(784)	(640)	-	(2.068)	(7.137)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	137	10.020	7.004	4.370	5.474	1.833	10.759	39.597
Em 31 de dezembro de 2015								
Custo	137	19.668	18.201	16.781	6.407	1.833	21.551	84.578
Depreciação acumulada		(9.648)	(11.197)	(12.411)	(933)	-	(10.792)	(44.981)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	137	10.020	7.004	4.370	5.474	1.833	10.759	39.597

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# **11. Imobilizado**--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$1.935 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$1.968) referente à despesa de depreciação foi imputado ao custo de produção, R\$2.937 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$3.062) em "Despesas com vendas" e R\$2.265 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$1.889) em "Despesas administrativas".

Vida útil em anos: Edificações próprias - 25; Benfeitorias em imóveis de terceiros - 3 a 5; Equipamentos e instalações - 10; Veículos - 10; Móveis, utensílios e equipamentos - 5 a 10.

### Transferência de itens destinados à venda

Em 2014 o Grupo destinou a venda os seguintes bens: (i) Imóvel localizado na Rua Mandii nº 3, Distrito Industrial I, Manaus-AM, que era utilizado como unidade fabril da Dumont, empresa incorporada à atividade da TASA em 2013. (ii) Imóvel localizado na Rua Waldemar Guido Vincentini, 406, Dom Feliciano, Gravatai - RS, imóvel residencial adquirido em liquidação de dívida de cliente da TASA. Após analisar e concluir que o momento de retração do mercado imobiliário não é oportuno à venda dos bens, o Grupo em 2015 decidiu alterar o plano de venda retornando com os bens para o imobilizado, valorizado pelo seu valor escritural justo e reconhecendo em seu resultado a depreciação anual dos bens. Ao longo do período em que os bens estiveram destinados a venda O Grupo não teve a realização de gastos uma vez que utilizou os meios gratuitos de divulgação e corretores envolvidos no processo seriam remunerados somente se existisse a venda.

Não existem bem dados em garantia em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Não houve necessidade de provisão para desvalorização em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 12. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		
	2015	2014	
Circulante			
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	71.924	320	
Finimp	-	12.237	
Debêntures		48.382	
	71.924	60.939	
Não circulante	-		
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	95.519	-	
Debêntures		110.682	
	95.519	110.682	
	167.443	171.621	

Em setembro de 2015, a Companhia obteve empréstimo bancário, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$141.700 (equivalente a US\$36.693), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros de 2,4% ao ano. Esse empréstimo tem fluxo de vencimento até 13 de abril de 2018. O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2015 era de R\$148.404. A dívida será declarada vencida antecipadamente se o quociente de divisão da dívida líquida pelo EBITDA em dezembro de cada ano for inferior a 3,50. Esses recursos foram utilizados para liquidar as obrigações em aberto de debêntures. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia estava em cumprimento com todas as obrigações estabelecidas contratualmente.

Em fevereiro de 2015, a Companhia obteve empréstimo bancário, em moeda estrangeira, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$17.022 (equivalente a US\$6.000), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros de 2,15% ao ano. Esse empréstimo tem fluxo de vencimento até 12 de fevereiro de 2016. O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2015 era de R\$19.039.

Os empréstimos bancários captados no exterior estão 100% protegidos com *swap* em reais limitados a variação do CDI, acrescidos em média de 0,85% ao ano. Vide maiores detalhes na Nota 22.

Finimp correspondiam a financiamento de importação de matéria-prima, com vencimentos máximos de 360 dias a partir de sua contratação, remunerado com base na taxa libor USD de 12 meses acrescida de juros médios de 1,60% ao ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As debêntures não conversíveis foram emitidas em 07 de maio de 2013, sem cláusula de garantia, e eram remuneradas à taxa de 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (DI), acrescido da taxa de 1,55% ao ano, e foram liquidadas em setembro de 2015 conforme mencionado anteriormente.

O vencimento dos empréstimos do Grupo, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, é como segue:

	Consolidado		
	2015	2014	
Vencimento em 2015	<u>-</u>	60.939	
Vencimento em 2016	71.924	44.444	
Vencimento em 2017	47.760	44.444	
Vencimento em 2018	47.759	21.794	
	167.443	171.621	

# 13. Fornecedores

Consolidado		
2015	2014	
11.304	9.035	
7.747	8.537	
19.051	17.572	
_	19.051	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 14. Provisão para contingências

Na data das informações contábeis, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a provisões:

		Consolidado		
	Tributárias	Trabalhistas e previdenciárias	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2013 Provisão no exercício Reversão de provisão	19.721 2.920 (956)	6.791 206 (1.099)	1.202 209 (277)	27.714 3.335 (2.332)
Em 31 de dezembro de 2014	21.685	5.898	1.134	28.717
Em 31 de dezembro de 2014 Provisão no exercício Reversão de provisão	21.685 1.124 (598)	5.898 402 (136)	1.134 129 (217)	28.717 1.655 (951)
Em 31 de dezembro de 2015	22.211	6.164	1.046	29.421

# a) Natureza das contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

#### Tributárias

Referem-se, substancialmente, a tributação de PIS e COFINS sobre Juros sobre o Capital Próprio recebido de empresa controlada no período de 2004 a 2005. Também estão considerados os impostos devidos na baixa de provisão de estoque obsoleto, tais como Imposto de Importação, IPI e ICMS, entre outros.

#### Trabalhistas e previdenciárias

Consistem, principalmente, em reclamações de colaboradores vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

No que se refere aos prazos de conclusão dos processos, a maioria dos processos provisionados referem-se a matérias de natureza tributária para os quais estimamos prazos médios de realização para esses passivos, geralmente, num horizonte de 3 a 5 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 14. Provisões--Continuação

### b) Perdas possíveis

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado		
	2015	2014	
Tributário	22.321	29.016	
Trabalhista	572	749	
Cível	816	1.069	
	23.709	30.834	

#### c) Movimentação dos depósitos judiciais

	Consolidado		
	2015	2014	
Saldo inicial	1.990	2.116	
Depósitos judiciais no exercício	75	46	
Depósitos baixados no exercício	(1.433)	(300)	
Atualização monetária	46	`128 <sup>′</sup>	
	678	1.990	

# 15. Impostos de renda sobre o lucro

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são em sua maioria de 6,25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, considerando o benefício fiscal do lucro da exploração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 15. Impostos de renda sobre o lucro--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda contribuição social diferidos em de 31 de dezembro de 2015 e 2014 referem-se a:

Consolidado		
2015	2014	
55.217	52.100	
(5.009)	(4.798)	
` (451)	` 148 <sup>´</sup>	
(1.568)	(1.199)	
, ,	` (515)	
(1.010)	(853)	
46.600	44.883	
10.152	7.443	
56.853	52.326	
46.701	44.883	
	2015  55.217 (5.009) (451) (1.568) (579) (1.010)  46.600  10.152 56.853	

Os valores dos ativos de imposto diferido serão realizados num período de até 3 anos. Os impostos diferidos passivos referem-se em sua maioria, basicamente, a diferença no tratamento da amortização do ágio o qual desde 31 de dezembro de 2008 é apenas permitido para fins fiscais. Sua realização se dará na ocasião de eventual registro de perda por *impairment* do ágio ou na alienação do investimento que deu origem ao referido ágio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 15. Impostos de renda sobre o lucro--Continuação

# b) Demonstração consolidada do resultado

	Consolidado	
	2015	2014
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	7.223	7.146
Imposto de renda e contribuição social diferidos Realização de crédito fiscal de incorporação Geração e (estorno) de diferenças temporárias	3.119 (1.301)	- 1.907
Total do imposto diferido	1.818	1.907
Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado	9.041	9.053

O imposto sobre o lucro do Grupo antes do imposto difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas. A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local do Brasil (alíquota hipotética) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é conforme segue:

	Consolidado	
	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.056	55.281
Alíquota nominal dos tributos - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	(10.559)	(18.796)
Incentivo fiscal imposto de renda	5.863	4.477
Provisões não dedutíveis	(471)	2.364
Créditos de prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos	(4.535)	(1.620)
Dedução fiscal de juros sobre o capital próprio	-	3.780
Outros	661	742
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	9.041	(9.053)
Correntes	(7.223)	(7.146)
Diferidos	(1.818)	(1.907)
- -	(9.041)	(9.053)
Alíquota efetiva - %	29,1%	16,4%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 16. Patrimônio líquido

# 16.1. Capital autorizado e subscrito

O capital autorizado da Companhia é de 100.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal definido em estatuto.

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social é representado por 78.506.215 (em 31 de dezembro de 2014, 78.506.215) ações ordinárias totalmente integralizadas, todas nominativas e sem valor nominal.

### 16.2. Ações em tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de agosto de 2014, aprovou o programa de recompra de ações de emissão da Companhia no total de 6.560.049 ações ordinárias, correspondendo a 10% do total de 65.600.494 do total de ações ordinárias em circulação.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de setembro de 2015, foi aprovada a extensão do programa de recompra de ações ordinária da Companhia, limitada a 4.984.808 ações, correspondendo a 8% do total de 62.310.094 ações ordinárias em circulação, com vigência até 24 de setembro de 2016.

As operações de recompra estão sendo realizadas a valor de mercado no pregão da BM&FBOVESPA.

Em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$11.208 (R\$10.769 em 31 de dezembro de 2014) registrado em ações em tesouraria corresponde à compra de 1.207.800 (1.131.800 em 31 de dezembro de 2014) ações ao preço médio unitário de R\$9,28.

# 16.3. Reserva legal, dividendos e lucro por ação

#### a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Patrimônio líquido--Continuação

# 16.3. Reserva legal e dividendos--Continuação

### b) Dividendos

Conforme o estatuto social, a Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável de 25% do lucro ajustado.

A reserva de dividendo adicional proposto refere-se aos dividendos propostos a serem deliberados na Assembleia Geral em observância a Lei das Sociedades por Ações.

	Controladora	
- -	2015	2014
Lucro líquido do exercício Constituição da reserva legal Incentivo fiscal	22.000 (1.100) (5.863)	45.921 (2.296) (4.452)
Base de cálculo dos dividendos Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	15.037 3.759	39.173 9.793
Dividendos propostos para pagamento no exercício seguinte	-	9.793
Dividendos (pagos) ou a pagar no final do exercício Percentual de dividendos do exercício sobre o lucro líquido	3.759	16.000
do exercício - %	17%	40%

Durante o ano de 2015 foram deliberados e pagos dividendos por conta de reserva de lucros acumulados de exercícios anteriores no montante de R\$23.200. Também em 2015 foram pagos juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte, deliberados em dezembro de 2014 no montante de R\$ 14.650. (Deliberados e pagos em 2014, R\$5.338 de dividendos provisionados em 2013 e complemento de dividendos de R\$ 7.104).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Patrimônio líquido--Continuação

# 16.3. Reserva legal e dividendos--Continuação

### c) Lucro por ação

#### (i) Básico

O lucro básico por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2015	2014
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	22.000	45.921
(milhares)	77.307	77.927
Lucro básico por ação em R\$	0,2846	0,5893

#### (ii) Diluído

O lucro líquido diluído por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui somente uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

	2015	2014
Lucro Lucro atribuível aos acionistas da Companhia Quantidade média ponderada de ações ordinárias	22.000	45.921
emitidas (milhares)  Ajustes de Opcões de compra de acões (milhares)	77.307 3.447	77.927 1.032
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	80.754	78.959
Lucro diluído por ação em R\$	0,2724	0,5816

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 16. Patrimônio líquido--Continuação

### 16.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 14 de maio de 2010, a Companhia por meio de sua controlada SD Participações, adquiriu 10,04% de participação no capital total e votante na controlada TASA, sendo que o excedente pago em relação ao valor patrimonial das ações foi registrado como transação de capital diretamente no patrimônio líquido.

Conforme mencionado na Nota 9, em 27 de fevereiro de 2015 a controlada TASA resgatou o total de ações preferenciais emitidas, detidas por participação não controladora. As operações geraram efeitos contábeis registrados diretamente no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial".

#### 16.5. Reserva de lucros - incentivos fiscais reflexos

Com base no Art. 195-A da Lei das S.A., a Companhia destinou para reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente do lucro na exploração da sua subsidiária TASA, e esse montante foi excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

# 17. Plano de opção de compra de ações - stock options

A opção de recebimento de prêmios baseados em ações é disponibilizada a alguns executivos da TASA, controlada direta da Companhia, pela emissão de ações da Technos S.A. Baseada nas normas descritas no CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, a TASA reconhece o resultado de compensação da participação concedida aos executivos, proporcionalmente, com base no período determinado de sua permanência na TASA e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de duração da opção, dividendo e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado.

O número de opções disponibilizadas é fixo e pré-determinado no momento da concessão das mesmas. As opções têm um prazo máximo de exercício de 7 anos, sendo que cada executivo tem a obrigação de utilizar um percentual mínimo de sua remuneração variável e de seus dividendos para o exercício, o que reduz o prazo médio efetivo de exercício. O preço de exercício das opções é ajustado anualmente por Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 3% a 7%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Plano de opção de compra de ações - stock options--Continuação

A despesa reconhecida referente a serviços de funcionários recebidos durante o exercício está demonstrada na tabela abaixo:

	Consolidado		
	2015	2014	
Despesas de opções de compra de ações no exercício	4.100	3.831	
	4.100	3.831	

A tabela a seguir apresenta o número (Nº) e média ponderada do preço de exercício (WAEP) e o movimento das opções de ações durante o exercício:

	Consolidado			
	2015		5 20°	
	Nº	WAEP	Nº	WAEP
Em aberto em 1º janeiro	2.174	6,30	3.044	14,87
Concedidas durante o exercício	2.950	6,02	-	-
Exercidas durante o exercício	-	-	(870)	2,37
Expiradas durante o exercício	(149)	6,30	, , , <u>-</u>	-
Em aberto em 31 de dezembro	4.975	6,36	2.174	6,30

O valor justo médio ponderado das opções concedidas em 2009, determinado com base no modelo de avaliação *Black-Scholes*, era de R\$54 no total, equivalente a R\$0,04 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2009 foram: preço médio ponderado da ação de R\$1,00 na data da concessão, sendo transformado em R\$2,00 após agrupamento em 2011, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 6,15%, rendimento anual de dividendo esperado de R\$0,45 por ação, uma vida esperada da opção correspondente a cinco anos e uma taxa de juros anual sem risco de 9,25%.

A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística da variação mensal da receita da Companhia num período de cinco anos, por se tratar de uma Companhia sem ações listadas na época da concessão. Não foram concedidas opções em 2010.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 17. Plano de opção de compra de ações - stock options--Continuação

Em 2011 foram aprovados os planos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º de opção de compra de 900 mil ações ordinárias da Technos S.A., concedidos a executivos do Grupo. O valor justo médio ponderado das opções concedidas em 2011, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R\$3.836 no total, equivalente a R\$4,26 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2011 foram: preço médio ponderado da ação de R\$7,97 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 4,76%, rendimento anual de dividendos esperado de R\$0,45 por ação, uma vida esperada da opção correspondente a 4,0 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 11,55%. A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística da variação mensal da receita da Companhia num período de cinco anos, por se tratar de uma Companhia sem ações listadas na época da concessão.

Em Assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 26 de abril de 2012 foi cancelado o saldo de opcões não concedidas sob o plano anterior e aprovado novo plano de opção de compra de ações da Companhia, compreendendo 2.500 ações ordinárias. Com base neste plano de opção de compra de ações, foi aprovado em 2012 o primeiro programa de outorga de compra de ações, concedido a gerentes e coordenadores do Grupo, em compra de 1.018 mil ações. O valor justo médio das opções concedidas, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R\$4.892 no total, equivalente a R\$4,80 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2012 foram: preco médio ponderado da ação de R\$17.98 na data da concessão, preco do exercício de R\$16,18 por ação corrigido anualmente por IPCA+3%, volatilidade variável por tranche, sendo: tranche 1 - 36,88%, tranche 2 - 34,75%, tranche 3 - 35,97%, tranche 4 -44,06% e tranche 5 - 44,70%, rendimento anual de dividendos esperado de 2,5% por ação, uma vida esperada da opção correspondente a 3,0 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 9,00%. A volatilidade é baseada na própria volatilidade de negociação das ações da Companhia no mercado para a primeira tranche, e numa média da volatilidade de negociação de um grupo de empresas comparáveis para as outras tranches.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Plano de opção de compra de ações - stock options--Continuação

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de janeiro de 2013 foi aprovado o 2º programa de opção de compra de ações da Companhia, compreendendo 600 mil ações ordinárias, concedido a diretores do Grupo. O valor justo médio das opções concedidas, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R\$5.650 no total, equivalente a R\$9,42 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2012 foram: preço médio ponderado da ação de R\$24,45 na data da concessão, preço do exercício de R\$22,01 por ação corrigido anualmente por IPCA+3%, volatilidade variável por tranche, sendo: tranche 1 - 31,40%, tranche 2 - 33,82%, tranche 3 - 33,97%, tranche 4 - 35,27% e tranche 5 - 42,42%, rendimento anual de dividendos esperado de 2,5% por ação, uma vida esperada da opção correspondente a 6,7 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 7,25%. A volatilidade é baseada na própria volatilidade de negociação das ações da Companhia no mercado para a primeira tranche, e numa média da volatilidade de negociação de um grupo de empresas comparáveis para as outras tranches.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de abril de 2013 foi aprovado o 3º programa de opção de compra de ações da Companhia, compreendendo 340 mil ações ordinárias, concedido a gerentes e coordenadores do Grupo. O valor justo médio das opções concedidas, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R\$2.703, no total, equivalente a R\$7,95 por opção.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2014 foi deliberada a criação de dois novos planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia, que têm como beneficiários membros da gerência, coordenadores, da diretoria, do conselho de administração, além de outros funcionários que participem da gestão (em casos específicos a serem definidos pelo Conselho de Administração) da Companhia ("Plano 01/2014" e "Plano 02/2014"). O Plano 01/2014 abrange, no máximo, 1.200.000 ações, correspondentes a 1,53% do capital social da Companhia, e o Plano 02/2014 abrange, no máximo, 800.000 ações, correspondentes a 1,02% do capital social da Companhia. A administração do Plano 01/2014 e do Plano 02/2014 caberá ao Conselho de Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 17. Plano de opção de compra de ações - stock options--Continuação

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de julho de 2015 foi deliberada a criação de dois novos planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia, que têm como beneficiários membros da gerência, coordenadores, da diretoria, do conselho de administração, além de outros funcionários que participem da gestão (em casos específicos a serem definidos pelo Conselho de Administração) da Companhia ("Plano 01/2015" e "Plano 02/2015"). O Plano 01/2015 abrange, no máximo, 1.500.000 ações, correspondentes a 1,91% do capital social da Companhia, e o Plano 02/2015 abrange, no máximo, 1.700.000 ações, correspondentes a 2,17% do capital social da Companhia. A administração do Plano 01/2015 e do Plano 02/2015 caberá ao Conselho de Administração da Companhia.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de julho de 2015, foram aprovados: a) o Programa do Plano 01/2015 gerando direito a subscrever ou adquirir até 1.500.000 ações; b) o Programa do Plano 02/2015 gerando direito a subscrever ou adquirir até 1.150.000 ações. As opções outorgadas nestes programas estarão divididas em cinco lotes de igual tamanho, cada um representando 20%. Os lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo de cinco anos, a contar da data do respectivo contrato de outorga. O prazo extintivo do programa poderá se estender por até sete anos.

# 18. Receita líquida

	Consolidado		
	2015	2014	
Vendas brutas de produtos e serviços	506.044	510.194	
Devoluções	(14.610)	(8.638)	
Ajuste a valor presente sobre as vendas	(22.046)	(17.795)	
Impostos sobre vendas	(75.586)	(72.963)	
Ajuste a valor presente sobre impostos sobre vendas	3.491	2.635	
Receita líquida	397.293	413.433	

**^** - - - - - 1' 1 - 1 -

As vendas de serviços historicamente não ultrapassam 0,5% do total das vendas brutas de produtos e serviços.

O valor referente a incentivos fiscais de ICMS reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é R\$18.448 (R\$22.493 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 19. Custo e despesa por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Cons	olidado
	2015	2014	2015	2014
Matéria-prima, mercadoria e materiais de uso e consumo	_	-	(130.586)	(131.235)
Fretes e armazenagens	-	-	`(14.652)	(14.218)
Gastos com pessoal	(806)	(578)	(115.331)	(107.812)
Serviços prestados por terceiros	`(64)	(370)	(50.873)	`(42.989)
Impostos e taxas	(66)	`(19)	`(3.179)	(3.341)
Aluguel de imóveis e equipamentos	` -	` -	(6.042)	(6.482)
Depreciação, amortização e impairment	(3)	(3)	(10.209)	(9.664)
Participação nos lucros	-	-	(3.719)	` <u>-</u>
Opções de compra de ações - stock options	-	=	(4.100)	(3.830)
Amortização valor justo aquisição Dumont	-	-	(4.135)	(5.999)
Outras despesas	(132)	(2.264)	(22.812)	(22.683)
	(1.071)	(3.234)	(365.638)	(348.253)
Classificado como		-		
Custo dos produtos vendidos	-	=	(190.515)	(183.631)
Despesas de vendas	-	-	(129.581)	(118.936)
Despesas administrativas	(1.071)	(1.111)	(36.416)	(33.902)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	(2.123)	(9.126)	(11.784)
	(1.071)	(3.234)	(365.638)	(348.253)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 20. Resultado financeiro

	Consolidado		
	2015	2014	
Despesa financeira			
Empréstimos e financiamentos	(19.383)	(24.336)	
Variação cambial	(33.238)	(7.389)	
Outras despesas financeiras	(2.084)	(6.895)	
Descontos financeiros concedidos	(3.379)	(1.946)	
	(58.084)	(40.566)	
Receita financeira		,	
Receita de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	6.274	5.991	
Realização de ajuste a valor presente	17.808	14.078	
Juros de mora	3.508	3.809	
Ganhos (perdas) em <i>hedge</i> cambial	15.592	2.693	
Variação cambial	14.303	3.915	
Outras receitas financeiras	-	181	
	57.485	30.667	
Resultado financeiro	(599)	(9.899)	

# 21. Transações com partes relacionadas

### 21.1. Consolidado

# a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui diretores e gerentes. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados está apresentada a seguir:

Consolidado		
2015	2014	
11.884	11.357	
5.294	4.721	
4.100	3.831	
21.278	19.909	
	2015 11.884 5.294 4.100	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 21. Transações com partes relacionadas--Continuação

### 21.1. Consolidado--Continuação

### b) Operações realizadas entre empresas controladas

Em 2015 a TASA vendeu produtos para a SCS no montante de R\$20.848 (em 2014, R\$4.570). As vendas são realizadas dentro das práticas comerciais que a TASA aplica aos seus clientes.

#### 21.2. Controladora

Exceto pelo valor de dividendos a receber registrado em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$10.233 (em 31 de dezembro de 2014, R\$19.751) da controlada TASA, não existe qualquer outro valor de transações com partes relacionadas.

#### 22. Instrumentos financeiros derivativos

#### a) Mercado futuro de dólar (forward) e swap cambial CDI X USD

O Grupo, com o objetivo de reduzir sua potencial exposição a oscilações na taxa de câmbio R\$/US\$ utilizada para liquidação de suas importações e de seus empréstimos captados em moeda estrangeira, contrata operações de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar e swap cambial CDI X USD BRL.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo circulante ou não circulante e a contrapartida é registrada na demonstração de resultado na rubrica de "Receitas e despesas financeiras".

É importante ressaltar que a utilização de derivativos cambiais se restringe tão somente à proteção do valor contratado e estimado de compras de fornecedores estrangeiros nos seis meses subsequentes e de empréstimos captados em moeda estrangeira.

Qualquer variação na cotação do US\$ que vier a causar perda nos investimentos derivativos tende a ser compensado por ganho na liquidação dos câmbios relacionados a compras de fornecedores estrangeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 22. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

# a) Mercado futuro de dólar (forward) e swap cambial CDI X USD--Continuação

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de mercado futuro de dólar em aberto em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$53.613, equivalentes a US\$13.730 (R\$45.484, equivalente a US\$17.639 em 31 de dezembro de 2014) e o de *swap* em reais corresponde a R\$166.276. Adicionalmente o efeito no resultado do exercício das duas operações em 31 de dezembro de 2015 correspondeu R\$3.183 (R\$1.513 em 31 de dezembro de 2014). O risco provável para fins de análise de sensibilidade tem como referência a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2015. O risco provável do swap em reais tem como base a cotação do CDI acumulado até 31 de dezembro de 2015.

### b) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

				31 de dezemb	ro de 2015		
				Cenár	io		
			Valor de				
	Ativo	Passivo	referência	Risco	Provável	25%	50%
				Desvalorização			
Derivativo cambial	1.256	-	53.613	do US\$	(904)	(13.403)	(26.806)
				Aumento da taxa interna de			
Swap em reais - CDI	5.259	(3.332)	166.276	juros	32.889	38.919	44.870
				31 de deze	mbro de 20	14	
				Ce	nário		
		V	alor de				
	Ati	vo ref	erência	Risco Pr	ovável	25%	50%
			De	svalorização			
Derivativo cambial	1.64	19	45.484		.306	(11.698)	(23.395)

No cenário provável é considerada a taxa de fechamento de câmbio do último dia do mês de encerramento do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

#### 23.1. Fatores de risco financeiro

O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

### a) Risco de mercado

### (i) Risco cambial

O risco associado decorre da flutuação da taxa de câmbio do período compreendido entre a data da compra (encomenda) e a data de liquidação. As importações são integralmente liquidadas num período máximo de 45 dias entre a data de embarque e a data de liquidação do contrato de câmbio.

Para se proteger dessas oscilações, o Grupo se utiliza de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar a fim de travar o câmbio para parte de suas compras, se protegendo, dessa forma, das oscilações cambiais. O Grupo não aplica contabilidade de *hedge*.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os ativos do Grupo que estão sujeitos a taxas de juros fixas são representados pelos saldos de contas a receber de clientes que possuem características de financiamentos, mensurados a valor justo por meio do resultado, e as aplicações financeiras que são remuneradas com taxas variáveis de juros com base na variação da taxa de certificado de depósito interbancário.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo, vinculados às taxas variáveis de juros, especificamente à taxa média diária dos depósitos interbancários (DI). A política do Grupo tem sido em manter os empréstimos em taxas variáveis de juros. Durante 2014 e 2013 os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

### 23.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

- a) Risco de mercado--Continuação
  - (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros --Continuação

A administração do Grupo considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos à ela. A administração não considera o risco de taxa de juros crítico em suas operações.

### b) Risco de crédito

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, bem como criteriosa análise de crédito com base em dados internos do histórico do cliente e fontes externas de consultas, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber (Nota 23).

### c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O Grupo monitora as suas projeções de recebimentos e pagamentos diários, a fim de evitar descasamentos imprevistos. Além disso, o Grupo conta com linhas de crédito imediatamente disponíveis em bancos de primeira linha, que poderão ser utilizados numa eventual necessidade.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

### 23.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

### c) Risco de liquidez--Continuação

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015 Empréstimos e financiamentos Licenciamento a pagar	71.924	48.286 560	47.233	-
Fornecedores e outras obrigações	23.455	1.924	1.111	-
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos e financiamentos	60.939	44.444	66.238	-
Licenciamento a pagar	244	320	-	-
Fornecedores e outras obrigações	24.217	214	-	-

Cancalidada

Os passivos em empréstimos contraídos estão discriminados na Nota 12.

### 23.2. Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

# 23.2. Gestão do capital -- Continuação

O Grupo monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira. Um desses índices é a proporção entre dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado e incluindo também valores a pagar por aquisição de participação de não controladores), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O patrimônio líquido corresponde ao valor constante do balanço ao final do exercício social.

Em 31 de dezembro de 2015 a dívida líquida do Grupo monta R\$147.427 e corresponde a 31,9% do patrimônio líquido (em 2014, R\$142.719, equivalendo a 30,9% do patrimônio líquido).

O endividamento tem como origem relevante a captação de recursos aplicada na aquisição da Dumont.

O capital não é administrado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

# 23.3. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

		Consolid	lado
	Classificação	2015	2014
Ativo financeiro			
Caixa e equivalente de caixa	Nível 1	20.016	32.596
Títulos e valores mobiliários	Nível 1	27.002	25.520
Contas a receber de clientes	Nível 1	227.274	229.992
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2		1.649
Adiantamentos a fornecedores	Nível 1	7.312	8.062
Outros ativos financeiros	Nível 1	17.793	32.189
Passivo financeiro			
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	166.276	171.621
Fornecedores	Nível 1	19.051	17.572

 Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

### 23.3. Valor justo dos ativos e passivos financeiros—Continuação

- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas do Grupo. A análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM está apresentada na Nota 22.
- As taxas de juros de empréstimos e financiamento são pré-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.
- Caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores, adiantamentos e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

# 23.3. Valor justo dos ativos e passivos financeiros--Continuação

• Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

### 23.4. Compensação de instrumentos financeiros

	Valor bruto de ativos financeiros	Valor bruto de passivos financeiros	Valor líquido de ativos financeiros apresentado no balanço patrimonial
31 de dezembro de 2015 Instrumentos financeiros derivativos (Nota 22)	6.515	(3.332)	3.183
	6.515	(3.332)	3.183
31 de dezembro de 2014			
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 22)	1.673	(24)	1.649
	1.673	(24)	1.649

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

# 23.5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos	Consoli	dado
	mensurados	Empréstimos	
	a valor justo	e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2015 Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários	-	27.002	27.002
Contas a receber de clientes	-	227.274	227.274
Caixa e equivalentes de caixa	-	20.016	20.016
Instrumentos financeiros derivativos	6.515	-	6.515
Depósitos judiciais	678		678
	7.193	274.292	281.485
		Consoli	dado
		Outros	
		passivos	
		financeiros	Total
31 de dezembro de 2015 Passivos, conforme o balanço patrimonial Empréstimos Valor a pagar por aquisição de participação societária Licenciamentos a pagar Derivativos - swap Obrigações legais		167.443 23.916 560 3.332 22.598	167.443 23.916 560 3.332 22.598
Obligações legais		217.849	217.849
	Ativos	Consoli	dado
	mensurados	Empréstimos	
	a valor justo	e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2014			
Ativos, conforme o balanço patrimonial		05.500	0.5.500
Títulos e valores mobiliários	-	25.520	25.520
Contas a receber de clientes	-	229.992	229.992
Caixa e equivalentes de caixa	-	32.596	32.596
Instrumentos financeiros derivativos	1.649	-	1.649
Depósitos judiciais		1.990	1.990
	1.649	290.098	291.747

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

### 23.5. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

	Consolidado	
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2014		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	171.621	171.621
Valor a pagar por aquisição de participação		
societária	25.522	25.522
Licenciamentos a pagar	564	564
Obrigações legais	24.431	24.431
	222.138	222.138

#### 23.6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou provisionados (*impaired*) pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Consolidado	
	2015	2014
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Clientes nacionais	202.210	194.057
Clientes regionais e locais (Magazines)	21.290	34.895
Outros	3.774	1.040
Total de contas a receber de clientes	227.274	229.992
Conta corrente e depósitos bancários e títulos e valores mobiliários (*)		
AAA	46.912	58.052
	46.912	58.052

<sup>(\*)</sup> Classificação extraída através do relatório da agência classificadora Fitch Ratings Brasil Ltda. O Grupo somente utiliza instituições financeiras com rating de AAA para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos (Nota 22).

- Clientes regionais e locais clientes de abrangência regional ou local, com um ou alguns pontos de venda concentrados na mesma região com eventuais históricos de atraso e baixos níveis de perda.
- Outros clientes *giftline* e outros que não possuem histórico de relacionamento recorrente com o Grupo e não têm como atividade fim a comercialização de relógios.

Clientes nacionais - clientes de abrangência nacional, na maioria das vezes com grandes redes de pontos de venda atendendo o território nacional sem histórico de perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

### 23.6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros--Continuação

O Grupo efetua a análise de crédito com base principalmente, no histórico de pagamentos do cliente. O limite de crédito é determinado de forma individual, e leva em consideração a sua capacidade financeira, o histórico de pagamento e o volume de compras efetuadas nos últimos 12 meses. Para os clientes novos, o Grupo recorre à consulta de histórico de crédito junto às agências de avaliação de crédito (SERASA, SPC, entre outras).

Para os clientes adimplentes, desde que respeitados os limites de crédito, as vendas são efetuadas automaticamente. Para os clientes que já figuraram como inadimplentes, a autorização das vendas é feita manualmente com base em análise individual, até que o histórico de crédito seja restabelecido.

Nenhum dos ativos financeiros adimplentes foi descontado no último período.

# 24. Outras informações

### 24.1. Licenças de uso de marca

O Grupo possui as licenças para a comercialização das marcas Euro, Allora, Seiko, Mormaii, Timex, Fossil, Michael Kors, Empório Armani, Armani Exchange, Marc Jacobs, Adidas, Diesel e DKNY.

#### (i) Mormaii

O Grupo possui contrato de licença de uso da marca Mormaii, pelo prazo de 15 anos a findar em 31 de agosto de 2026. De acordo com o esse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca, a título de *royalties*, um percentual do valor bruto sobre as vendas dos produtos com a marca Mormaii. Foi pago valor inicial a título de antecipação de uma parcela dos *royalties*, registrado como adiantamentos a fornecedores, devendo ser descontado mensalmente do *royalty* efetivamente apurado à razão de 1/180 meses. Caso o contrato seja extinto antes de seu vencimento o saldo a ser descontado será ressarcido pelo licenciante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 24. Outras informações -- Continuação

# 24.1. Licenças de uso de marca--Continuação

#### (ii) Euro e Allora

O Grupo possuía contrato de licença de uso das marcas Euro e Allora, com vigência até 30 de setembro de 2014, renovável por mais 5 anos. Com base nesse contrato, o Grupo ficava obrigado a pagar ao detentor da marca um valor fixo mensal, reajustado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGPM").

Além da remuneração fixa, o Grupo era obrigado a pagar remuneração variável a qual era calculada como base na receita bruta anual das vendas multiplicada por fatores decrescentes, limitados a um valor máximo durante o prazo do contrato.

Em 16 de abril de 2014 o Grupo adquiriu em definitivo o direito de uso das marcas.

#### (iii) Seiko

O Grupo possuía contrato de licença de distribuição exclusiva da marca Seiko em território nacional, com vigência até 31 de março de 2014. Para o uso da licença Seiko, a única exigência requerida era que todos os componentes utilizados nos relógios da marca Seiko utilizem componentes genuínos da marca, não sendo permitido o uso de qualquer outro componente que não sejam oriundos da Seiko.

Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo rescindiu o contrato de distribuição exclusiva da marca Seiko, sem aplicação de multa rescisória às partes. O estoque remanescente foi totalmente absorvido pelo novo licenciado da marca no Brasil. A receita da Seiko correspondia aproximadamente a 1,5% do faturamento anual do Grupo.

#### (iv) Timex

O Grupo em 11 de janeiro de 2012 firmou contrato de distribuição e direito de uso de marca com a TMX LIMITED N.V., ("Timex"), tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização dos relógios da marca Timex de forma exclusiva em todo o território nacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 24. Outras informações -- Continuação

# 24.1. Licenças de uso de marca--Continuação

### (iv) Timex--Continuação

O contrato tem duração até 31 de março de 2015, e não envolve recursos iniciais ou pagamento de royalties. A renovação do acordo por período adicional de três anos é automática e está vinculada ao atingimento de alguns indicadores operacionais. A operação com a Timex foi automaticamente renovada por período adicional de 3 anos.

# (v) Fossil

O Grupo em 6 de junho de 2013 anunciou a renovação do contrato de distribuição com o Grupo Fossil, tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização das seguintes marcas de relógio no Brasil: Adidas, Fossil, Diesel, Marc Jacobs, Armani Exchange, DKNY, Empório Armani e Michael Kors. Essa parceria exclusiva entre a Fossil e o Grupo Technos é válida até 31 de dezembro de 2016, sendo renovável automaticamente por período adicional de dois anos de acordo com o atingimento de alguns indicadores operacionais. O contrato não envolve recursos iniciais ou pagamento de *royalties*.